

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/04/2016 à 31/03/2017	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/04/2015 à 31/03/2016	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/04/2014 à 31/03/2015	9
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Relatório da Administração	12
----------------------------	----

Notas Explicativas	21
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva	63
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	65
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	66
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes	67
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/03/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	801.870
Preferenciais	0
Total	801.870
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/03/2017	Penúltimo Exercício 31/03/2016	Antepenúltimo Exercício 31/03/2015
1	Ativo Total	812.958	691.448	458.722
1.01	Ativo Circulante	326.970	339.836	173.865
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	193.975	1.102	28
1.01.02	Aplicações Financeiras	0	233.781	141.863
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	0	233.781	141.863
1.01.03	Contas a Receber	127.923	100.721	27.797
1.01.03.01	Clientes	37.147	23.198	27.797
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	90.776	77.523	0
1.01.04	Estoques	222	187	168
1.01.05	Ativos Biológicos	1.031	0	0
1.01.06	Tributos a Recuperar	3.806	3.767	3.233
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	3.806	3.767	3.233
1.01.07	Despesas Antecipadas	13	278	776
1.02	Ativo Não Circulante	485.988	351.612	284.857
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	150.876	45.516	25.093
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	91.000	0	0
1.02.01.03	Contas a Receber	14.764	18.483	4.984
1.02.01.03.01	Clientes	14.764	10.538	0
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	0	7.945	4.984
1.02.01.06	Tributos Diferidos	26.134	21.610	18.771
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	26.134	21.610	18.771
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	7.243	5.423	1.338
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	11.735	0	0
1.02.03	Imobilizado	137.225	138.826	133.718
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	131.271	38.609	26.039
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	5.954	100.217	107.679
1.02.04	Intangível	197.887	167.270	126.046
1.02.04.01	Intangíveis	197.887	167.270	126.046

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/03/2017	Penúltimo Exercício 31/03/2016	Antepenúltimo Exercício 31/03/2015
2	Passivo Total	812.958	691.448	458.722
2.01	Passivo Circulante	84.859	66.009	36.652
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	19.181	16.568	15.415
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	19.181	16.568	15.415
2.01.02	Fornecedores	14.666	9.855	8.375
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	11.629	7.651	6.172
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	3.037	2.204	2.203
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.743	1.226	1.149
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.721	1.145	1.027
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	22	19	41
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	0	62	81
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	45.887	33.391	4.148
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	45.887	33.391	4.148
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	45.887	33.391	4.148
2.01.05	Outras Obrigações	3.382	4.969	7.565
2.01.05.02	Outros	3.382	4.969	7.565
2.02	Passivo Não Circulante	186.589	196.113	89.750
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	182.354	196.113	89.750
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	182.354	196.113	89.750
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	182.354	196.113	89.750
2.02.02	Outras Obrigações	3.735	0	0
2.02.04	Provisões	500	0	0
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	500	0	0
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	500	0	0
2.03	Patrimônio Líquido	541.510	429.326	332.320
2.03.01	Capital Social Realizado	556.550	456.901	361.398
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-15.040	-27.575	-29.078

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/04/2016 à 31/03/2017	Penúltimo Exercício 01/04/2015 à 31/03/2016	Antepenúltimo Exercício 01/04/2014 à 31/03/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	132.793	86.496	75.093
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-79.678	-67.014	-49.911
3.03	Resultado Bruto	53.115	19.482	25.182
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-57.369	-34.706	-26.411
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-47.395	-33.221	-22.104
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-9.974	-1.485	-4.307
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-4.254	-15.224	-1.229
3.06	Resultado Financeiro	21.267	12.404	1.428
3.06.01	Receitas Financeiras	36.155	24.471	8.552
3.06.02	Despesas Financeiras	-14.888	-12.067	-7.124
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	17.013	-2.820	199
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-4.482	4.327	5.000
3.08.01	Corrente	-9.006	1.488	0
3.08.02	Diferido	4.524	2.839	5.000
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	12.531	1.507	5.199
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	12.531	1.507	5.199
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	16,26414	2,08835	7,68785

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/04/2016 à 31/03/2017	Penúltimo Exercício 01/04/2015 à 31/03/2016	Antepenúltimo Exercício 01/04/2014 à 31/03/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	12.531	1.507	5.199
4.03	Resultado Abrangente do Período	12.531	1.507	5.199

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/04/2016 à 31/03/2017	Penúltimo Exercício 01/04/2015 à 31/03/2016	Antepenúltimo Exercício 01/04/2014 à 31/03/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	31.504	-7.387	7.149
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	64.247	19.254	15.352
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-32.743	-15.022	-2.617
6.01.03	Outros	0	-11.619	-5.586
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-39.400	-172.395	-101.830
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	85.243	154.519	182.720
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	77.347	-25.263	88.039
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	116.628	141.891	53.852
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	193.975	116.628	141.891

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/04/2016 à 31/03/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	456.897	0	0	-27.571	0	429.326
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	456.897	0	0	-27.571	0	429.326
5.04	Transações de Capital com os Sócios	99.653	0	0	0	0	99.653
5.04.01	Aumentos de Capital	99.653	0	0	0	0	99.653
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	12.531	0	12.531
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	12.531	0	12.531
5.07	Saldos Finais	556.550	0	0	-15.040	0	541.510

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/04/2015 à 31/03/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	361.398	0	0	-29.078	0	332.320
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	361.398	0	0	-29.078	0	332.320
5.04	Transações de Capital com os Sócios	95.499	0	0	0	0	95.499
5.04.01	Aumentos de Capital	95.499	0	0	0	0	95.499
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.507	0	1.507
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.507	0	1.507
5.07	Saldos Finais	456.897	0	0	-27.571	0	429.326

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/04/2014 à 31/03/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	196.396	0	0	-34.277	0	162.119
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	196.396	0	0	-34.277	0	162.119
5.04	Transações de Capital com os Sócios	165.002	0	0	0	0	165.002
5.04.01	Aumentos de Capital	165.002	0	0	0	0	165.002
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	5.199	0	5.199
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	5.199	0	5.199
5.07	Saldos Finais	361.398	0	0	-29.078	0	332.320

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/04/2016 à 31/03/2017	Penúltimo Exercício 01/04/2015 à 31/03/2016	Antepenúltimo Exercício 01/04/2014 à 31/03/2015
7.01	Receitas	139.896	89.831	78.015
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	142.364	95.381	82.725
7.01.02	Outras Receitas	3.919	0	0
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-6.387	-5.550	-4.710
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-62.748	-36.546	-24.341
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-25.862	-18.233	-11.023
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-21.911	-18.313	-13.318
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-14.975	0	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	77.148	53.285	53.674
7.04	Retenções	-12.413	-7.319	-5.852
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-12.413	-7.319	-5.852
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	64.735	45.966	47.822
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	32.568	28.536	8.955
7.06.02	Receitas Financeiras	36.155	24.471	8.552
7.06.03	Outros	-3.587	4.065	403
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	97.303	74.502	56.777
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	97.303	74.502	56.777
7.08.01	Pessoal	51.989	56.370	41.822
7.08.01.01	Remuneração Direta	32.176	38.470	31.095
7.08.01.02	Benefícios	16.960	12.668	7.951
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.853	5.232	2.776
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	17.972	4.558	2.632
7.08.02.01	Federais	13.359	4.508	2.534
7.08.02.02	Estaduais	4.482	0	5
7.08.02.03	Municipais	131	50	93
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	14.811	12.067	7.124
7.08.03.01	Juros	14.352	11.802	6.126
7.08.03.03	Outras	459	265	998
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	12.531	1.507	5.199

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/04/2016 à 31/03/2017	Penúltimo Exercício 01/04/2015 à 31/03/2016	Antepenúltimo Exercício 01/04/2014 à 31/03/2015
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	12.531	1.507	5.199

CTC registra EBITDA de R\$ 18,0 milhões no FY17 - alta de 381% em comparação com o FY16

Piracicaba, 13 de junho de 2017 – O CTC Centro de Tecnologia Canavieira (sociedade anônima de capital aberto, listada no Bovespa Mais (CTCA3), sem negociação), um dos mais renomados centros de biotecnologia aplicada à cana-de-açúcar do mundo, anunciou hoje os resultados do **exercício social encerrado em 31 de março de 2017 – calendário safra**. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto onde indicado o contrário, estão apresentadas em Reais (R\$), seguem as normas contábeis internacionais (IFRS), Lei das S.A. e práticas contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).



RESUMO FINANCEIRO

Em R\$ milhões	4T17	4T16	FY17	FY16
Receita líquida	35,1	23,2	132,8	86,4
Custo	33,4	17,1	79,7	67,0
Custo em relação RL	95,1%	73,7%	60,0%	77,5%
Despesas operacionais	16,9	11,2	57,4	34,7
Ebitda	(7,3)	(2,5)	18,0	(6,4)
Margem Ebitda	-20,8%	-10,8%	13,5%	-7,4%
Prejuízo / lucro líquido	(6,2)	(1,3)	12,5	1,5
Margem líquida	-17,6%	-5,6%	9,4%	1,74%



MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Ao longo da safra de 2017, continuamos a expandir nossa fatia de mercado, em função, principalmente, do fortalecimento da área comercial, bem como do desempenho de nossas variedades e do maior investimento no plano de mudas.

No exercício, mantivemos nossa estratégia de aceleração no desenvolvimento de novas tecnologias por meio de investimentos em P&D, com especial destaque para a construção de um portfólio de variedades geneticamente modificadas, resistentes à broca.

Durante a safra, a melhora nos resultados econômico-financeiros, comparados ao mesmo período do ano anterior, reflete a diferença entre as taxas de crescimento de receitas e despesas, uma vez que temos nos beneficiado de importantes aumentos de volumes, ao passo que o desembolso nos projetos de P&D aproximam-se do patamar desejado e tem demonstrado ganhos de eficiência crescentes.



NOSSOS NEGÓCIOS

O CTC é uma empresa de biotecnologia que tem como principal objetivo a comercialização de variedades de cana-de-açúcar que atendam às necessidades dos produtores. Para desenvolver os seus produtos, conta com equipe altamente especializada e capacitada em melhoramento genético e biotecnologia. A Companhia acredita que a introdução de variedades de cana geneticamente modificadas revolucionará o setor sucroenergético, promovendo salto significativo de produtividade e reduções de custos, além de benefícios ambientais.

Referência de pioneirismo nas inovações do setor sucroenergético, o CTC – Centro de Tecnologia Canavieira é um dos mais renomados centros de tecnologia aplicada à cana-de-açúcar do mundo. Focado na comercialização e no desenvolvimento de tecnologias disruptivas da cana-de-açúcar, principalmente no melhoramento genético e na biotecnologia, o CTC busca promover o aumento da produtividade, a redução de custos no campo, através de soluções agrícolas e industriais para o setor.

As receitas de *royalties* reconhecidas pela Companhia referem-se a variedades de cana-de-açúcar desenvolvidas antes da transformação do CTC em uma sociedade anônima e são reconhecidas no resultado do exercício pelo método linear nos meses de abril a março, tendo como base a área de plantio no início do ano safra multiplicada por valor definido em contrato firmado entre as partes.

Desde 2012, a Companhia destina aproximadamente 70% do seu orçamento anual para investimentos com pesquisa e desenvolvimento.

Calendário Safra:

Início	Término	Ano Calendário	Calendário Safra
01/Jan	31/Mar	1T	4T
01/Abr	30/Jun	2T	1T
01/Jul	30/Set	3T	2T
30/Set	31/Dez	4T	3T



DESEMPENHO OPERACIONAL

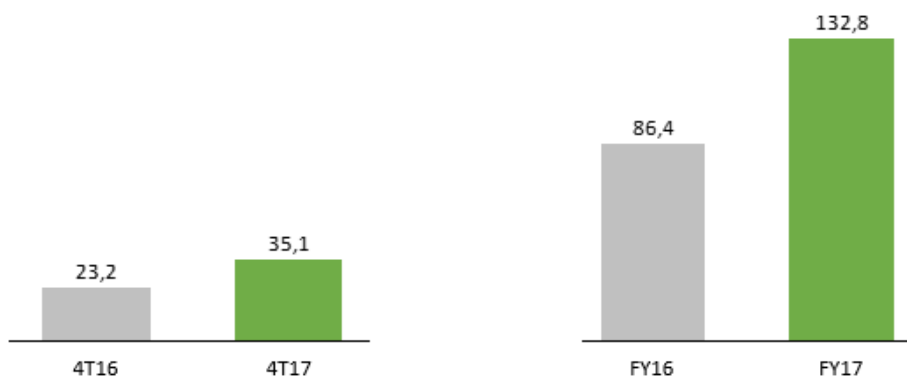
- Na safra 16/17 foram plantados acima de 1.100 mil/ha, sendo que a participação das variedades CTC atingiu 21% dos hectares plantados, ante 17% no mesmo período da safra anterior.
- No período, registrou-se aumento na participação das variedades *premium*, com especial destaque para as regiões dos Cerrados.
- Os investimentos com pesquisa e desenvolvimento aumentaram 31% com relação do FY16 e refletem a aceleração no ritmo dos projetos de biotecnologia, compensados por menor consumo de recursos pelo projeto de etanol celulósico.



DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Receita líquida

No 4T17, a receita líquida da Companhia totalizou R\$ 35,1 milhões, acréscimo de 51,3% em relação ao 4T16, que foi de R\$ 23,2 milhões. O crescimento da receita no exercício foi impulsionado pela ampliação de *market share* e preço médio dos royalties de variedades, e um incremento de R\$ 14,0 milhões referente a venda de uma planta de processamento de palha da cana-de-açúcar. Considerando o acumulado no ano (calendário safra - FY), a receita líquida somou R\$ 132,8 milhões, o que representa evolução de 53,7% ante 2016.



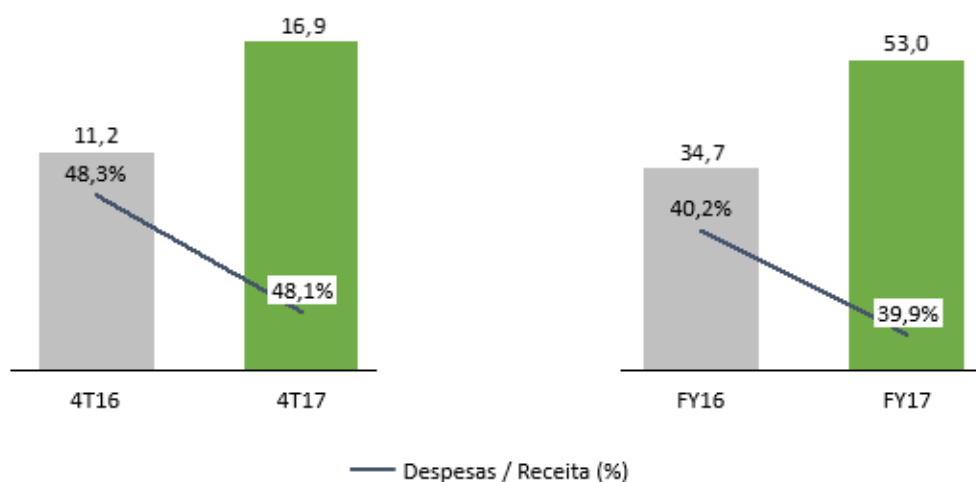
Custo de pesquisa & desenvolvimento e serviços prestados

O custo de pesquisa & desenvolvimento e serviços prestados totalizou R\$ 33,4 milhões no trimestre, comparado a R\$ 17,1 milhões no mesmo período de 4T16 e R\$ 79,7 milhões no acumulado safra FY17, representando um aumento de 19% com relação ao FY16.

Tal desempenho tem como fatores positivos o aumento na eficiência operacional em consequência da internalização de atividades de pesquisa e desenvolvimento anteriormente adquiridas no mercado. Entre esses serviços estão análises laboratoriais, estudos para desregulamentação de produtos de biotecnologia e reclassificação do ativo biológico. Em contrapartida, foi reconhecido o custo da venda de tecnologia da planta de processamento de palha no montante de R\$ 12,3 milhões.

Despesas operacionais

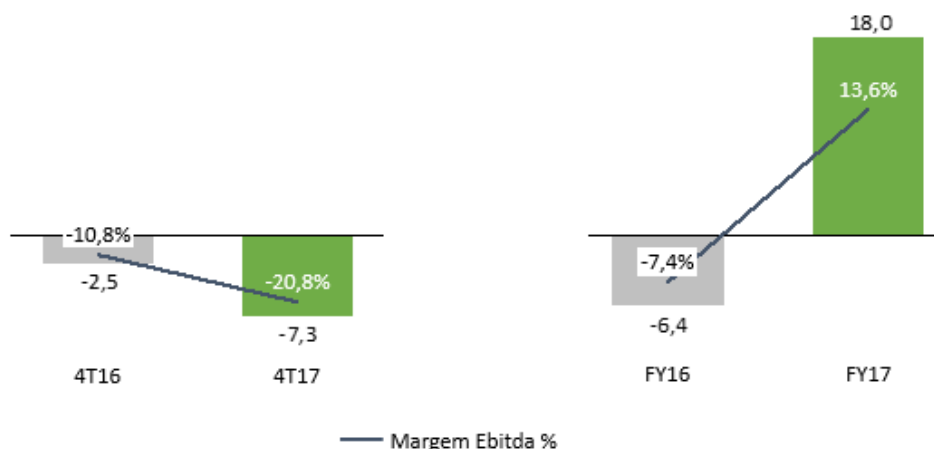
As despesas operacionais totalizaram R\$ 16,9 milhões no 4T17, 50,9% maiores do que o registrado no 4T16, de R\$ 11,2 milhões. O aumento é explicado, em grande parte, pela evolução de 22,4% nas despesas com vendas, com a adequação da equipe comercial ao modelo de negócio da Companhia e despesas administrativas voltadas a *compliance* e governança corporativa. Variação essa, no entanto, proporcionalmente inferior ao crescimento da receita líquida no exercício findo em 2017. Também contribuíram para o desempenho as despesas não recorrentes do processo de listagem da Companhia no Bovespa Mais, como advogados, consultores e auditoria.



Ebitda e margem Ebitda

Dado o ganho de rentabilidade bruta e o desempenho das despesas operacionais, a geração operacional de caixa medida pelo Ebitda (sigla em inglês para lucro antes dos impostos, juros, depreciação e amortização) alcançou R\$ 18,0 milhões no FY17 ante um valor negativo de R\$ 6,4 milhões no mesmo exercício de 2016.

A evolução positiva do Ebitda é explicada substancialmente por: (i) melhora no *mix* de variedades; (ii) reajustes de preço previstos em contrato; (iii) aumento nos hectares plantados com a tecnologia da CTC; e (iv) eficiência operacional na redução de custos, tais como serviços e materiais. Também foi determinante para o desempenho o foco dado aos investimentos direcionados para o desenvolvimento de novas tecnologias.



O cálculo utilizado pelo CTC na apuração de seu Ebitda contempla a Instrução CVM 527/12, que visa a melhora no nível de compreensão das informações, considerando somente os valores que constam nas demonstrações contábeis.

Cálculo do Ebitda			
R\$ milhões	FY17	FY16	Variação %
Receita operacional líquida	132,8	86,4	53,7%
Custo dos produtos vendidos	(79,7)	(67,0)	19,0%
Lucro bruto	53,1	19,4	173,7%
Despesas operacionais	(57,4)	(34,7)	65,4%
(+) Outras receitas (despesas) operacionais	10,0	1,6	525,0%
(+) Depreciação e amortização	12,3	7,3	68,5%
Ebitda	18,0	(6,4)	NA

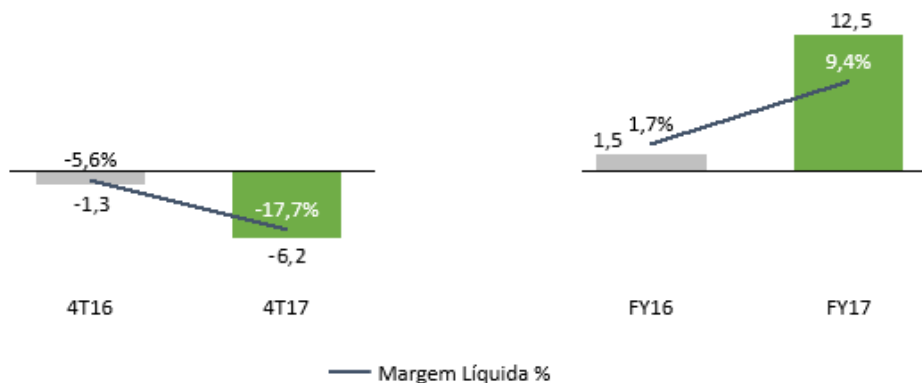
O Ebitda não é uma medida contábil segundo o BR GAAP, as Normas Internacionais de Contabilidade ou o IFRS e não deve ser considerado, isoladamente ou como alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa ao fluxo de caixa operacional como medida de liquidez. Outras empresas podem calcular o Ebitda de maneira diferente da aqui apresentada.

Resultado financeiro

O resultado financeiro foi positivo em R\$ 21,2 milhões, 71,5% maior do que o registrado no FY16, de R\$ 12,4 milhões. A diferença a maior de R\$ 8,8 milhões é explicada pela melhor gestão de caixa em relação às aplicações financeiras e maior caixa médio no período.

Lucro líquido

O lucro líquido no trimestre foi de R\$ 12,5 milhões, mais de oito vezes maior em relação ao obtido no FY16, quando foi registrado resultado líquido de R\$ 1,5 milhões.



Investimentos

No 4T17, o investimento total alcançou R\$ 27,8 milhões, se mantendo estável quando comparado pelo mesmo período de 2016. No FY17, o total investido foi de R\$ 72,9 milhões, sendo 67% dos investimentos destinados para projetos de desenvolvimento de novas variedades convencionais e geneticamente modificadas e etanol de segunda geração.

Devido ao grande investimento em desenvolvimento tecnológico, a Companhia se beneficia da Lei do Bem, que criou concessão de incentivos fiscais às pessoas jurídicas que destinarem seus investimentos a P&D.

Endividamento

A Companhia possui acesso a linhas de crédito diferenciadas de instituições financeiras e órgãos de fomento, dado o caráter de pesquisa e inovação que envolvem as suas atividades. A dívida bruta ao final do trimestre somava R\$ 228,2 milhões, o que significa decréscimo de R\$ 1,3 milhões frente aos R\$ 229,5 milhões registrados na data de encerramento do FY16.

Endividamento R\$ milhões	FY17	FY16
Circulante	45,8	33,4
Não circulante	182,3	196,1
Dívida bruta	228,1	229,5
(-) Caixa e equivalentes de caixa e instrumentos financeiros	285,0	234,9
Dívida líquida	(56,9)	(5,4)
Custo médio da dívida	4,1%	4,1%

Relatório da Administração



| Release de resultados 4T17 e FY17



Anexos

Balanço patrimonial

Ativo	2017	2016	Passivo
Caixa equivalentes de caixa	193.975	116.628	Fornecedores
Instrumentos financeiros	-	118.255	Empréstimos e financiamentos
Contas a receber	37.147	23.198	Impostos e contribuições a recolher
Estoques	222	187	Salários, férias e encargos a pagar
Impostos a recuperar	525	306	Receitas a auferir e diferidas
Ativo biológico	1.031	-	Outras contas a pagar
Ativo fiscal corrente	3.281	3.461	
Outras contas a receber	90.789	77.801	Total do passivo circulante
Total do ativo circulante	326.970	339.836	Empréstimos e financiamentos
Instrumentos financeiros	91.000	-	Fornecedores
Contas a receber	14.764	10.538	Provisão para contingências
Outras contas a receber	7.243	5.423	
Impostos a recuperar	11.735	7.945	Total do passivo não circulante
Ativo fiscal diferido	26.134	21.610	Patrimônio líquido
Total do realizável a longo prazo	150.876	45.516	Capital social
Imobilizado	137.225	138.826	Prejuízos acumulados
Intangível	197.887	167.270	Total do patrimônio líquido
	335.112	306.096	Total do passivo
Total do ativo não circulante	485.988	351.612	
Total do ativo	812.958	691.448	Total do passivo e patrimônio líquido

Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	<u>(4.254)</u>	<u>(15.224)</u>
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas - 31/03/2017 - CTC – CENTRO DE TECNOLOGIA CANAVIEIRA S.A.		
Receitas financeiras	36.155	24.471
Despesas financeiras	<u>(14.888)</u>	<u>(12.067)</u>
Financeiras líquidas	<u>21.267</u>	<u>12.404</u>
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>17.013</u>	<u>(2.820)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.524	2.839
Imposto de renda e contribuição social correntes	<u>(9.006)</u>	<u>1.488</u>
Lucro líquido do exercício	<u><u>12.531</u></u>	<u><u>1.507</u></u>
Lucro líquido do exercício por ação - R\$	<u><u>16,26</u></u>	<u><u>2,09</u></u>

Total dos ajustes	64.247	19.997
Fluxo de caixa líquido decorrentes das (utilizados nas) atividades operacionais	31.503	(7.383)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(39.400)	(172.395)
Fluxo de caixa líquido decorrente das atividades de financiamentos	85.243	154.515
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	77.347	(25.263)
Caixa e equivalentes de caixa do início do exercício	116.628	141.891
Caixa e equivalentes de caixa do fim do exercício	193.975	116.628
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	77.347	(25.263)

* * *

Relações com investidores
ri@ctc.com.br - (19) 3429-8199



Notas Explicativas

#

CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de março de 2017

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Companhia tem por objetivo social a pesquisa, o desenvolvimento e a comercialização de tecnologias para o setor sucroenergético, com destaque para o desenvolvimento de novas variedades de cana de açúcar, através de melhoramento genético e biotecnologia, além de novas tecnologias disruptivas.

Até janeiro de 2011, a Companhia foi regida segundo a legislação brasileira, sob a forma de sociedade civil de direito privado sem fins lucrativos ou econômicos, beneficiando-se com a isenção de imposto de renda e contribuição social sobre o resultado apurado nas atividades associativas e sujeita ao recolhimento desses impostos e demais tributos e contribuições nas demais operações. As receitas eram provenientes, substancialmente, de contribuições associativas.

Por meio da Ata Geral de Transformação realizada em 12 de janeiro de 2011, a Companhia se transformou em Sociedade por Ações de capital fechado, vislumbrando lucro e remuneração de seus acionistas.

A transformação do CTC em uma Sociedade Anônima, em 2011, visou atrair mais recursos tecnológicos e financeiros às pesquisas do setor, para manter sua competitividade e continuar a assegurar ao Brasil a posição de liderança na indústria sucroalcooleira mundial. Dessa forma, uma das áreas de foco escolhidas foi o Melhoramento Genético, uma vez que o CTC detém o maior banco de germoplasma de cana-de-açúcar do mundo e papel destacado nos campos do melhoramento convencional e da biotecnologia aplicados à cana. A segunda área de enfoque, Novas Tecnologias, explora tecnologias disruptivas que possam trazer substanciais ganhos de produtividade ao setor, como as sementes artificiais e o etanol celulósico, cuja planta de demonstração iniciou operações no ano-safra 14/15.

A sustentabilidade econômica e o custeio das pesquisas vêm através de *royalties* cobrados pelo uso das novas variedades, e pela comercialização de outros produtos e novas tecnologias, assim como aportes efetuados pelos seus acionistas e entidades financiadoras de projetos de pesquisa, sendo como subvenção ou empréstimos.

Em 24 de agosto de 2016, foram deferidos os pedidos da Companhia de registro de emissor na Categoria "A", pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, e de listagem e admissão a negociação das ações de emissão da Companhia no segmento denominado Bovespa Mais, pela Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros - BM&FBOVESPA.

Notas Explicativas

#

CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de março de 2017

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As Demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 13 de junho de 2017. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas continuamente. As estimativas das revisões são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídos nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 10** - Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Contas a receber);
- **Nota 15** - Capitalização de gastos com desenvolvimento (Intangível);
- **Nota 27** - Instrumentos financeiros; e
- **Nota 30** - Arrendamentos mercantis operacionais.

Notas Explicativas

#

CTC - Centro de Tecnologia Canaveira S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de março de 2017

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre incertezas quanto a premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de março de 2018 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 6.b (iii)** - Vida útil do ativo imobilizado;
- **Nota 6.c (iii)** - Vida útil do intangível;
- **Nota 13** - Ativo fiscal diferido; e
- **Nota 20** - Provisão para contingências.

c. Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3, e reportes diretamente ao *Chief Financial Officer* “CFO”.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação é de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizado para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Questões significativas de avaliação são reportadas para o Comitê de Gerenciamento de Riscos da Companhia.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Notas Explicativas

#

CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de março de 2017

- Nota explicativa 10 - Contas a receber;
- Nota explicativa 19 - Empréstimos e financiamento; e
- Nota explicativa 27 - Instrumentos financeiros.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- os instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo; e
- os ativos biológicos mensurados pelo valor justo deduzidos das despesas com vendas.

6 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

(i) *Ativos financeiros não derivativos*

A Companhia reconhece as contas a receber de clientes e outros recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia detém o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Notas Explicativas

#

CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de março de 2017

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

Contas a receber outros recebíveis

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente para fazer face a eventuais perdas na realização do contas a receber.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos e os passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

(iii) Capital social

As ações são todas ordinárias nominativas, sem valor nominal e são classificadas como patrimônio líquido, dedutíveis de quaisquer efeitos tributários.

b. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e na condição necessários para que sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde os ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Notas Explicativas

#

*CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de março de 2017*

(ii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção rotineira do imobilizado são reconhecidos como despesas conforme incorridos.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

As taxas médias ponderadas anuais de depreciação para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

	Taxa média ponderada anual
Máquinas e equipamentos	15%
Veículos	20%
Móveis e utensílios	10%
Equipamentos de informática	20%
Edifícios e benfeitorias	5%
Benfeitorias em imóveis de terceiros	7%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

c. Intangível**(i) Projetos de pesquisa & desenvolvimento**

Atividades de desenvolvimento envolvem um plano ou projeto visando à produção de produtos novos ou substancialmente aprimorados. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo forem técnica e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e os recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os gastos capitalizados incluem o custo de materiais, mão de obra direta, custos de fabricação que são diretamente atribuíveis à preparação do ativo para seu uso proposto. Outros gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(ii) Software

Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada.

Notas Explicativas

#

*CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de março de 2017*

(iii) Amortização

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A vida útil estimada para o exercício corrente é a seguinte:

<i>Software</i>	5 anos
<i>Projetos de pesquisa & desenvolvimento</i>	12 anos

Métodos de amortização, vida úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

As receitas de *royalties* atuais são decorrentes de variedades de cana-de-açúcar que foram desenvolvidas antes da transformação em sociedade anônima que ocorreu em 2011. Até então, a Companhia era uma entidade sem fins lucrativos e não mantinha controles efetivos para reconhecimento do intangível, portanto todos os gastos eram alocados ao resultado do exercício.

A partir deste exercício iniciou-se a amortização dos projetos levando em conta o prazo máximo o tempo de vigência da patente, 15 anos.

d. Redução ao valor recuperável (*impairment*)**(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)**

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado e avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que possam ser estimados de uma maneira confiável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Notas Explicativas

#

*CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de março de 2017*

Para investimentos em títulos patrimoniais, evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável inclui um declínio significativo ou prolongado no seu valor justo abaixo do custo. A Companhia considera um declínio de 20% como significativo e o período de 12 meses como prolongado.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda, a provisão é revertida através do resultado.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não o imposto de renda e a contribuição social diferidos, estoques e intangível, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

e. Ativo biológico

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo, deduzidos das despesas de venda. Alterações no valor justo menos despesas de venda são reconhecidas no resultado. Custos de venda incluem todos os custos que seriam necessários para vender os ativos. A cana-de-açúcar em pé é transferida ao estoque pelo seu valor justo, deduzido das despesas estimadas de venda apuradas na data de corte. Não há divergências entre o valor contábil e o valor justo.

f. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado na média ponderada móvel.

Notas Explicativas

#

CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de março de 2017

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido das despesas de vendas.

g. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

h. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

i. Receita operacional

(i) *Receitas de royalties*

Receitas decorrentes do uso por terceiros de ativos da Companhia, que produzam juros, *royalties* e dividendos, devem ser reconhecidas quando for provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a entidade e o valor da receita puder ser mensurado de forma confiável. Os *royalties* devem ser reconhecidos segundo regime de competência de acordo com a substância do contrato.

As receitas de *royalties* reconhecidas pela Companhia referem-se a variedades de cana-de-açúcar desenvolvidas antes da transformação em sociedade anônima e são reconhecidas no resultado do exercício pelo método linear nos meses de abril a março, tendo como base a área de plantio multiplicada por valor definido em contrato firmado entre as partes. A emissão das notas fiscais de faturamento e os recebimentos ocorrem durante o período de safra de cana de açúcar nos meses de setembro a dezembro. Caso o faturamento seja maior que a parcela já reconhecida no resultado a diferença é reconhecida como “receitas diferidas” no passivo circulante.

(ii) *Venda de bens e serviços*

A receita operacional da venda de bens e serviços no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado, este é reconhecido de acordo com suas respectivas vendas.

Notas Explicativas

#

*CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de março de 2017*

j. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros e rendimentos sobre as aplicações financeiras. A receita financeira é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas bancárias com juros e descontos.

k. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto ativo e base negativa de contribuição social limitado a 30% do lucro tributável anual.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posição fiscal tomada e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha de ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto, baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Notas Explicativas

#

*CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de março de 2017*

l. Informação por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais são revistos frequentemente pelo Presidente da Companhia (CEO) para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

A Companhia possui um único segmento operacional de negócio: Melhoria genética conforme divulgado na Nota Explicativa nº 23.

m. Lucro líquido por ação

O lucro por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O lucro por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41/IAS 33.

n. Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou a demonstração do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas.

o. Ativos arrendados

Os contratos de arrendamento operacional são reconhecidos como despesa operacional na demonstração do resultado linearmente durante o prazo de arrendamento.

7 Novas IFRS e Interpretações do IFRIC (Comitê de interpretações de informações financeiras IASB) aplicáveis as demonstrações financeiras

As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas ainda não estão em vigor para o exercício findo em 31 de março de 2017. A adoção antecipada de normas, embora aceita pelo IASB não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

IFRS 9 - Instrumentos financeiros (CPC 48 Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9 (CPC 48) inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais.

A IFRS 9 (CPC 48) entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018 (no caso da Companhia, a partir de 1º de abril de 2018) e substitui as orientações existentes na IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (CPC 38). A adoção antecipada da norma é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

Notas Explicativas

#

CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de março de 2017

O impacto efetivo da adoção da IFRS 9 (CPC 48) nas demonstrações financeiras da Companhia para a safra 2018/19 não pode ser estimado com confiança, pois dependerá dos instrumentos financeiros que a Companhia detiver e das condições econômicas nos referidos anos, bem como de decisões e julgamentos contábeis que a Companhia fará no futuro. A nova norma exigirá que a Companhia revise seus processos contábeis e controles internos relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros e essas alterações ainda não estão finalizadas. No entanto, a Companhia realizou uma avaliação preliminar do potencial impacto da adoção da IFRS 9 (CPC 48) com base em sua posição em 31 de março de 2017 ocorridas na safra 2017/18 no âmbito da IAS 39 (CPC 48).

A Companhia adotará a IFRS 9 (CPC 48) em suas demonstrações financeiras para o exercício findar-se em 31 de março de 2019 e está avaliando se pretende utilizar a abordagem prospectiva ou retrospectiva, bem como se algum expediente prático será aplicável às suas operações e se estes serão utilizados quando da sua adoção.

(i) Classificação - Ativos Financeiros

A IFRS 9 (CPC 48) contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que reflete o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa.

A IFRS 9 (CPC 48) contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes na IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

Com base na sua avaliação preliminar, a Companhia não considera que os novos requerimentos de classificação, se fossem aplicados em 31 de março de 2017, teriam um impacto significativo na contabilização de aplicação financeira, duplicatas a receber de clientes, partes relacionadas e outros ativos financeiros.

Em 31 de março de 2017, a Companhia não tinha investimentos patrimoniais classificados como disponíveis para venda. Quando da adoção da IFRS 9 (CPC 48), caso a Companhia venha a ter ativos com a referida classificação, a Companhia poderá decidir então classificá-los como VJORA ou VJR.

(ii) Redução no valor recuperável (*Impairment*) - Ativos Financeiros e Ativos Contratuais

A IFRS 9 (CPC 48) substitui o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 (IAS 39) por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". Isso exigirá um julgamento relevante quanto à forma como mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

Notas Explicativas

#

*CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de março de 2017*

O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais.

De acordo com a IFRS 9 (CPC 48), as perdas estimadas serão mensuradas em uma das seguintes bases:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro dos 12 meses após a data de relatório;
- e
- Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

A mensuração das perdas de crédito esperadas para a vida inteira se aplica se o risco de crédito de um ativo financeiro na data de relatório tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, e a mensuração de perda de crédito de 12 meses se aplica se o risco não tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial. Uma entidade pode determinar que o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente se o ativo tiver baixo risco de crédito na data de relatório. No entanto, a mensuração de perdas de crédito esperadas para a vida inteira sempre se aplica para contas a receber de clientes e ativos contratuais sem um componente de financiamento significativo; uma entidade pode optar por aplicar esta política também para contas a receber de clientes e ativos contratuais com uma componente de financiamento significativo.

A Companhia acredita que as perdas por redução ao valor recuperável tendem a aumentar e tornar-se mais voláteis para os ativos no modelo da IFRS 9 (CPC 48), caso o ambiente econômico que os clientes da Companhia estão inseridos não se recupere ou se mantenha em patamares abaixo do Grau de Investimento.

A Companhia ainda não finalizou a metodologia de perda por redução ao valor recuperável que aplicará no âmbito da IFRS 9 (CPC 48), assim nenhuma expectativa quantitativa foi apurada.

(iii) Classificação - Passivos Financeiros

A IFRS 9 retém grande parte dos requerimentos da IAS 39 (CPC 38) para a classificação de passivos financeiros.

Contudo, de acordo com a IAS 39 (CPC 38), todas as variações de valor justo dos passivos designados como VJR são reconhecidas no resultado, enquanto que, de acordo com a IFRS 9, estas alterações de valor justo são geralmente apresentadas da seguinte forma:

- o valor da variação do valor justo que é atribuível às alterações no risco de crédito do passivo financeiro são apresentado em ORA; e
- o valor remanescente da variação do valor justo é apresentado no resultado.

Notas Explicativas

#

*CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de março de 2017*

(i) Divulgações

A IFRS 9 (CPC 48) exigirá extensivas novas divulgações, especificamente sobre risco de crédito e perdas de crédito esperadas. A Empresa está efetuando uma avaliação preliminar e estará preparado para atender aos novos requisitos da IFRS 9 (CPC 48), quando da sua adoção.

IFRS 15 - Receita de contratos com clientes (CPC 47 Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 (CPC 47) introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita deve ser reconhecida. A IFRS 15 (CPC 47) entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018 (no caso da CTC, a partir de 1º de abril de 2018) e substituirá as orientações atuais de reconhecimento de receita presentes no IAS 18 / CPC 30 – Receitas, IAS 11/ CPC 17 – Contratos de Construção e IFRIC 13 – Programas de Fidelidade com o Cliente. A adoção antecipada da norma é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

A Companhia adotará a IFRS 15 (CPC 47) em suas demonstrações financeiras para o exercício findar-se em 31 de março de 2019 e está avaliando se pretende utilizar a abordagem prospectiva ou retrospectiva, bem como se algum expediente prático será aplicável às suas operações e se estes serão utilizados quando da sua adoção.

A Companhia concluiu uma avaliação inicial do potencial impacto da adoção da IFRS 15 (CPC 47) em suas demonstrações financeiras, conforme abaixo demonstrado:

(i) Venda de produtos

A Companhia reconhece as receitas apenas quando for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens que serão transferidos ao cliente. Dessa forma, não identificamos até o momento ajustes materiais no reconhecimento da receita para essa modalidade de venda, contudo, certos contratos com clientes possuem compromissos que a Companhia irá reconhecer como ativo uma vez que espera recuperar esses custos, de acordo com a IFRS 15 (CPC 47), a receita deve ser reconhecida quando o cliente obtém o controle dos produtos. Assim, não é esperado alterações relevantes na forma de mensuração e reconhecimentos das receitas com a adoção da referida nova norma contábil.

(ii) Venda de serviços

A Companhia reconhece as receitas com royalties sobre as variedades de cana-de-açúcar, utilizando-se do método linear, tendo como base o plantio multiplicado pelo valor definido em contrato firmado entre as partes. O faturamento e os recebimentos ocorrem durante o período de safra, caso o faturamento seja maior que a parcela já reconhecida no resultado como “receitas diferidas” no passivo circulante.

Notas Explicativas

#

*CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de março de 2017*

IFRS 16 – Leases (Aluguéis)

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019 (no caso da CTC, a partir de 1º de abril de 2019). A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 (CPC 47) - Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16.

A Companhia iniciou uma avaliação inicial do potencial impacto em suas demonstrações financeiras. Até agora, o impacto mais significativo identificado é que a Companhia irá reconhecer novos ativos e passivos para os seus arrendamentos operacionais de terras, máquinas e veículos. Além disso, a natureza das despesas relacionadas a esses arrendamentos será alterada, pois a IFRS 16 substitui a despesa linear de arrendamento operacional por despesas de depreciação do direito de uso e juros sobre os passivos de arrendamento. A Companhia ainda não decidiu se utilizará as isenções opcionais.

Não há normas IFRS ou interpretações IFRIC, além das citadas acima, que entraram em vigor e que se espera que tenham um impacto significativo sobre a Companhia.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a nova norma IFRS 16.

8 Caixa e equivalentes de caixa

	2017	2016
Caixa e bancos	229	1.102
Aplicações financeiras	<u>193.746</u>	<u>115.526</u>
	<u>193.975</u>	<u>116.628</u>

As aplicações financeiras são fundos compostos de títulos pós-fixados atrelados ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI), que aplicam seus recursos em títulos de renda fixa emitidos exclusivamente pelo Tesouro Nacional e pelo Banco Central do Brasil e em emissões de empresas e bancos classificadas como baixo risco pela área de crédito do gestor. As aplicações são remuneradas por taxas de 100% a 102% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Notas Explicativas

#

*CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de março de 2017*

9 Instrumentos financeiros

	2017	2016
Aplicações financeiras	<u>91.000</u>	<u>118.255</u>
Ativo circulante	-	118.255
Ativo não circulante	91.000	-

As aplicações financeiras são fundos compostos de títulos pós-fixados atrelados ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI), que aplicam seus recursos em títulos de renda fixa emitidos exclusivamente pelo Tesouro Nacional e pelo Banco Central do Brasil e em emissões de empresas e bancos classificadas como baixo risco pela área de crédito do gestor. As aplicações são remuneradas por taxas de 100% a 102% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e não se aplicam aos critérios de caixa e equivalentes.

10 Contas a receber

	2017	2016
Clientes	29.540	11.696
Clientes - partes relacionadas (Nota Explicativa nº 28)	<u>43.093</u>	<u>36.375</u>
Total (Nota Explicativa nº 27)	<u>72.633</u>	<u>48.071</u>
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa - partes relacionadas	(8.572)	(7.560)
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	<u>(12.150)</u>	<u>(6.775)</u>
Total (Nota Explicativa nº 27)	<u>(20.722)</u>	<u>(14.335)</u>
	<u>51.911</u>	<u>33.736</u>
Circulante	37.147	23.198
Não circulante	14.764	10.538

Representado substancialmente por saldos a receber referentes ao licenciamento de variedades. A exposição da Companhia a riscos de crédito e moeda e a análise de sensibilidade para os ativos e passivos estão apresentadas na Nota Explicativa nº 27.

Em setembro de 2016 foi finalizada a venda do Projeto Palha para Usina Ferrari, conforme contrato de compra e venda entre as partes. O valor devido será pago em 55 parcelas. A Companhia utilizou para cálculo de ajuste a valor presente, a melhor taxa que reflete a transação. A baixa dos custos de equipamentos adquiridos relativos ao projeto está demonstrada na rubrica de “Ativo imobilizado” vide Nota Explicativa nº 14 e em contrapartida na rubrica de “Custo de pesquisa & desenvolvimento e serviços prestados”. A Companhia não ativa gastos com este projeto no ativo intangível.

A Companhia classifica como ativo não circulante renegociações de clientes e os títulos superiores a doze meses do Projeto Palha.

As contas a receber de clientes são classificadas como recebíveis demonstrados ao custo amortizado.

Notas Explicativas

#

*CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de março de 2017*

11 Impostos a recuperar

	2017	2016
IRRF sobre aplicação	6.882	2.961
Outros impostos a recuperar	50	306
ICMS sobre importações a recuperar	2.560	2.560
PIS/COFINS	<u>2.768</u>	<u>2.424</u>
	<u>12.260</u>	<u>8.251</u>
Ativo circulante	525	306
Ativo não circulante	11.735	7.945

Notas Explicativas

#

*CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de março de 2017*

12 Outras contas a receber

	2017	2016
Despesas antecipadas (i)	7.244	5.357
Aumento de capital - partes relacionadas (notas explicativas nº 28 e 21) (ii)	90.595	77.524
Outras contas a receber	193	343
	<u>98.032</u>	<u>83.224</u>
Ativo circulante	90.789	77.801
Ativo não circulante	7.243	5.423

- (i) As despesas antecipadas são caracterizadas pela entrega de mudas para multiplicação de variedades em clientes para aumento do *market share* da Companhia. Estas mudas são monitoradas para que a taxa de multiplicação seja efetiva conforme contrato assinado com o cliente.
- (ii) Em 07 de dezembro de 2016 o Conselho da Administração deliberou pelo aumento de capital social da Companhia, no montante de R\$ 99.654, com a emissão de 41.869 novas ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal. Do referido montante, houve a integralização parcial de R\$ 9.059 até 31 de março de 2017, correspondente a 3.806 ações, o que resultou em prorrogação do prazo de subscrição das ações faltantes, conforme deliberado na Reunião Extraordinária do Conselho de Administração da Companhia, vide Nota Explicativa 31.

13 Ativo fiscal diferido

Os créditos tributários de imposto de renda e de contribuição social apresentados no ativo não circulante foram apurados sobre prejuízos fiscais e base negativa, com realização quando da apuração de lucros futuros.

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis, atentando para diversas premissas financeiras e de negócios consideradas quando de sua elaboração.

	2016	Reconhecidos no resultado	2017
Prejuízo fiscal e base negativa	13.292	(3.939)	9.353
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	4.874	2.171	7.045
Perda por desvalorização (<i>impairment</i>)	-	5.091	5.091
Provisão participação nos lucros	3.192	760	3.952
Diferenças temporárias	252	441	693
	<u>21.610</u>	<u>4.524</u>	<u>26.134</u>
Imposto diferido líquido			

Notas Explicativas

#

*CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de março de 2017*

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas com a despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	2017	2016
Lucro / (prejuízo) contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>17.013</u>	<u>(2.820)</u>
Alíquota fiscal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social:		
Pela alíquota fiscal combinada	(5.784)	960
Receita de subvenção	-	485
Receita P&D (i)	2.510	3.063
Adições e exclusões permanentes	<u>(1.208)</u>	<u>(181)</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado do período	<u>(4.482)</u>	<u>4.327</u>
Alíquota Efetiva	26%	153%
Imposto diferido	4.524	2.839
Imposto corrente	<u>(9.006)</u>	<u>1.488</u>
	<u>(4.482)</u>	<u>4.327</u>

- (i) Refere-se substancialmente ao incentivo fiscal da Lei do Bem. A Lei 11.196/05, que passou a ser conhecida como “Lei do Bem”, cria a concessão de incentivos fiscais às pessoas jurídicas que realizarem pesquisa e desenvolvimento de inovação tecnológica.

Notas Explicativas

CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de março de 2017

#

14 Imobilizado

Custo:	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Veículos	Edifícios e benfeitorias	Beneficiarias em imóveis de terceiros	Bens de terceiros - FINEP	Obras em andamento	Adiantamento a fornecedores	Plântio de cana	Total
Saldo em 31 de março de 2015	20.910	1.855	5.296	8.667	-	6.173	3.172	101.129	3.377	-	150.579
Adições	1.911	64	10	2.129	-	19	-	11.654	1.288	-	17.075
Baixas	(2)	-	(153)	(945)	-	-	-	(140)	-	-	(1.240)
Transferências	2.561	1.105	75	89	-	10.657	(1.170)	(14.428)	(4.665)	-	(5.776)
Saldo em 31 de março de 2016	25.380	3.024	5.228	9.940	-	16.849	2.002	98.215	-	-	160.638
Adições	3.194	209	447	8.664	-	-	-	6.022	3.025	2.560	24.121
Baixas	(2.880)	(621)	(1.702)	(1.665)	-	-	-	(12.417)	-	-	(19.285)
Transferências	85.607	185	17	(2.113)	1.571	5.214	-	(88.426)	(3.025)	-	(970)
Saldo em 31 de março de 2017	111.301	2.797	3.990	14.826	1.571	22.063	2.002	3.394	-	2.560	164.504
Depreciação:											
Saldo em 31 de março de 2015	(5.056)	(943)	(2.736)	(3.600)	-	(4.526)	-	-	-	-	(16.861)
Depreciação do exercício	(2.151)	(233)	(819)	(1.686)	-	(813)	-	-	-	-	(5.702)
Baixa do exercício	-	-	148	603	-	-	-	-	-	-	751
Saldo em 31 de março de 2016	(7.207)	(1.176)	(3.407)	(4.683)	-	(5.339)	-	-	-	-	(21.812)
Depreciação no exercício	(5.486)	(312)	(711)	(2.340)	(15)	(1.181)	-	-	-	-	(10.045)
Baixa de depreciação	1.633	446	1.448	1.051	-	-	-	-	-	-	4.578
Transferência de depreciação	(713)	-	-	705	-	8	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de março de 2017	(11.773)	(1.042)	(2.670)	(5.267)	(15)	(6.512)	-	-	-	-	(27.279)
Valor contábil líquido											
Em 31 de março de 2016	18.173	1.848	1.821	5.257	-	11.510	2.002	98.215	-	-	138.826
Em 31 de março de 2017	99.528	1.755	1.320	9.559	1.556	15.551	2.002	3.394	-	2.560	137.225

Notas Explicativas

#

*CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de março de 2017*

Ativos penhorados

Em 31 de março de 2017, a Companhia não possui bens que estão sujeitos à penhora para garantia.

Revisão da vida útil

A Companhia revisou a vida útil econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado. O levantamento foi realizado com base em laudo técnico emitido por profissionais especializados.

A vida útil estimada dos bens registrados no ativo imobilizado atual está evidenciada na Nota Explicativa nº 6.b (iii).

Bens de terceiros - FINEP

A Companhia possui com a FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos contratos relacionados ao desenvolvimento de projetos e pesquisas definidos em convênios firmados entre as partes.

Conforme contrato, os bens adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com recursos serão de propriedade da Companhia. Caso não haja aprovação da prestação de contas a Companhia possui o dever de restituir o FINEP pelos recursos transferidos, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 18.

Obras em andamento

Durante o exercício findo em 31 março de 2017 a Companhia finalizou a construção da planta de demonstração de Etanol de segunda geração - "E2G". O etanol de segunda geração está em fase de teste pela Companhia e ainda não está disponível ao mercado.

A Companhia possui com a Usina São Manoel parceria na montagem desta planta de demonstração de tecnologia de Etanol de segunda geração - "E2G" integrada ao seu parque industrial atual, com intuito da venda de projetos comerciais para as usinas. O contrato tem vigência de seis anos, a partir de janeiro de 2013, podendo ser prorrogado, e determina as condições de operação da planta de produção do E2G. A Usina São Manoel possui preferência de compra ao final do projeto.

Durante o exercício foram baixados o montante de R\$ 12.377 referente ao custo de construção do Projeto Palha. Detalhes da transação foram evidenciados na Nota Explicativa 10.

Notas Explicativas

#

*CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de março de 2017*

15 Intangível

	<i>Software</i>	Projetos de pesquisa & desenvolvimento	Total
Custo:			
Saldo em 31 de março de 2015	5.725	123.576	129.301
Adições	270	36.795	37.065
Transferência	<u>5.776</u>	<u>-</u>	<u>5.776</u>
Saldo em 31 de março de 2016	<u>11.771</u>	<u>160.371</u>	<u>172.142</u>
Adições	345	48.385	48.730
Baixas / <i>impairment</i>	-	(16.715)	(16.715)
Transferências	<u>970</u>	<u>-</u>	<u>970</u>
Saldo em 31 de março de 2017	<u>13.086</u>	<u>192.041</u>	<u>205.127</u>
Amortização:			
Saldo em 31 de março de 2015	(3.255)	-	(3.255)
Amortização no exercício	<u>(1.617)</u>	<u>-</u>	<u>(1.617)</u>
Saldo em 31 de março de 2016	<u>(4.872)</u>	<u>-</u>	<u>(4.872)</u>
Amortização no exercício	<u>(2.017)</u>	<u>(351)</u>	<u>(2.368)</u>
Saldo em 31 de março de 2017	<u>(6.889)</u>	<u>(351)</u>	<u>(7.240)</u>
Valor contábil líquido			
Em 31 de março de 2016	6.899	160.371	167.270
Em 31 de março de 2017	6.197	191.690	197.887

As adições e baixas do exercício referem-se a três projetos relacionados ao desenvolvimento de novas tecnologias para o setor sucroenergético.

	2016	Adições	Baixa	2017
Projetos de Melhoramento Convencional	71.150	16.703	-	87.853
Projetos de Melhoramento Transgênico	46.594	22.642	-	69.236
Etanol Celulósico	<u>42.627</u>	<u>9.040</u>	<u>(16.715)</u>	<u>34.952</u>
Total	<u>160.371</u>	<u>48.385</u>	<u>(16.715)</u>	<u>192.041</u>

A política de capitalização da Companhia é feita com base no seguinte mecanismo:

- Prova de conceito e pesquisa aplicada (FASE 1), a qual abrange a avaliação quanto à atratividade, mérito técnico e alinhamento, o potencial de aplicação no mundo real, a definição de protocolos e protótipo e laboratório.
- Desenvolvimento precoce (FASE 2), a qual abrange o refinamento de processos e protocolos, os *start-ups* de investigação em campo e potencialmente plantas Piloto.

Notas Explicativas

#

CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de março de 2017

- Desenvolvimento avançado (FASE 3), a qual abrange testes de campo, a análise regulatória e potencialmente plantas demonstração.
- Pré lançamento (FASE 4), a qual abrange as aprovações regulatórias, *Seed bulk-up*, o detalhamento do plano de negócios e plantas em escala semicomercial ou comercial.

A Fase 3 é a que está na rubrica de intangível, pois, como é de desenvolvimento avançado já existe uma expectativa de realização e efetivação de receitas. Esta metodologia foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia.

Projeto melhoramento convencional

Com mais de cinco mil variedades, o banco de germoplasma de cana-de-açúcar do CTC, localizado em Camamu, na Bahia, é o maior e mais completo do mundo. Além disso, a regionalização de seu Programa de Melhoramento Genético, por meio de seus polos regionais estrategicamente distribuídos pelo País, permite à Companhia desenvolver variedades cada vez mais produtivas e que contemplam todas as condições de produção das diferentes regiões onde a planta é cultivada no Brasil.

A diversificação e a modernização do plantel varietal contribuem decisivamente para a sustentabilidade do agronegócio, não só pelos ganhos de produtividade, como também pela melhoria da qualidade, pela redução dos riscos fitossanitários e de perdas agrícolas. Isso porque esses novos materiais genéticos são desenvolvidos para atender aos modernos processos produtivos, como plantio e colheita mecanizados. Mais produção, eficiência e longevidade dos canaviais significam mais ganhos para o produtor.

O CTC detém os direitos de Propriedade Intelectual dessas variedades por 15 anos a contar da data de concessão de seus respectivos certificados de proteção, conforme estabelece a Lei de Proteção de Cultivares (Lei nº 9.456, de 25 de abril de 1997).

Projeto melhoramento genético com emprego de biotecnologia

A Biotecnologia, ferramenta para o esperado salto de produtividade do canavial, é capaz de acelerar o processo de melhoria contínua de produtividade das variedades convencionais e, ainda, incorporar à cana características desejáveis (*traits*) que oferecem vantagens econômicas, ambientais e de manejo, tais como aqueles já usufruídos por produtores de soja, milho e algodão no Brasil há cerca de duas décadas.

O CTC iniciou seus trabalhos com emprego da Biotecnologia nos anos 90, quando transformou a primeira variedade de cana-de-açúcar no mundo. Em 2000, a Companhia liderou o projeto de sequenciamento genético da cana. Tais esforços foram a base do programa atual, que visa trazer ao mercado nacional variedades de cana geneticamente modificadas com características desejáveis e produtividade superior.

A partir de 2018 o CTC pretende lançar variedades de cana geneticamente modificada, tais como:

- **Cana resistente a insetos, com maior** produtividade e demandando menor uso de inseticidas, além da economia também de mão-de-obra, máquinas, combustível e água. No futuro, essa característica virá associada à **tolerância a herbicidas**, expandindo os ganhos ambientais, econômicos e a simplicidade de manejo da operação.

Notas Explicativas

#

CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de março de 2017

- As plantas geneticamente modificadas estão sujeitas a aprovação pela Comissão Técnica Nacional de Biotecnologia (CTNBio) no Brasil, e os produtos com ela produzidos sujeitos a processos de desregulamentação nos países para onde são exportados.

Projeto etanol celulósico

A produção de etanol é hoje estratégica, uma vez que se trata de um combustível produzido a partir de fonte limpa e renovável, cujas condições ideais de produção encontram-se fartamente presentes no Brasil. O CTC está investindo no desenvolvimento de um processo de produção de etanol celulósico (também conhecido por etanol de 2ª geração ou E2G) a ser produzido a partir do processamento da biomassa da cana (bagaço e palha). Essa tecnologia deverá permitir aumentar em 50% o volume de etanol produzido a partir do mesmo volume de cana.

No CTC, os trabalhos para o desenvolvimento do etanol celulósico tiveram início em 2006, com esforços progredindo da fase laboratorial para plantas piloto e de escala semicomercial (demonstração). A expectativa é comercializá-lo dentro dos próximos 3 a 5 anos.

Um dos diferenciais do processo sendo desenvolvido pelo CTC reside no fato de permitir integração com os processos e equipamentos hoje existentes nas usinas, visando à otimização dos custos de instalação e operação.

Sementes artificiais

O projeto tem como objetivo o desenvolvimento de sementes artificiais de cana de açúcar, o que possibilitaria uma mudança completa na maneira como se planta a cultura. Tal mudança geraria importantes ganhos através da possibilidade de rapidamente se modernizar o plantel de variedades do produtor, aumento da produtividade, substancial redução de custos, simplificação operacional, além de ganhos ambientais e sociais.

No projeto, o CTC utiliza modernos processos biotecnológicos, através dos quais se conseguem gerar plantas idênticas à planta mãe, ou seja, a planta que forneceu o tecido para produção da semente), em larga escala e de maneira segura e econômica.

O projeto de desenvolvimento do sistema de plantio de cana por sementes é de longo prazo, encontra-se em fase de desenvolvimento intermediário e em um futuro afetará a conta de intangível.

Teste por redução ao valor recuperável (*impairment*)

A provisão para perda por redução ao valor recuperável foi reconhecida em relação ao projeto de Etanol Celulósico.

O valor contábil de custos com desenvolvimento em 31 de março de 2017 inclui R\$ 51.667 relacionados a desenvolvimento do projeto de Etanol Celulósico. Considerando que a administração julga que o risco do projeto vem aumentando devido ao custo de produção do etanol e situação financeira do setor, o que prejudica a aquisição de plantas industriais, foi realizado o teste por redução ao valor recuperável.

O valor recuperável, que inclui tais custos de desenvolvimento foi estimado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados (valor em uso), considerando o risco do projeto e utilizando uma taxa de desconto nominal antes dos impostos de 7,54%. O valor recuperável estimado foi menor que o seu valor contábil e, portanto, foi necessário efetuar a provisão para

Notas Explicativas

#

*CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de março de 2017*

redução ao valor recuperável, no montante de R\$ 14.975.

Apesar dos riscos citados acima, a Administração considera possível que o produto tenha mercado dentro de um prazo de 5 anos, motivo o qual não considerou um *impairment* total do projeto.

A perda por redução ao valor recuperável relacionados ao projeto está incluída em Custo de pesquisa & desenvolvimento e serviços prestados, vide Nota Explicativa nº 25.

16 Fornecedores

Referem-se, substancialmente, fornecedores de maquinas e equipamentos, materiais e prestadores de serviços de assessoria técnica, assessoria de engenharia e consultoria.

	2017	2016
Fornecedores Nacionais	14.872	5.892
Fornecedores Nacionais - partes relacionadas (Nta Explicativa nº 28)	491	1.760
Fornecedores Estrangeiros	<u>3.038</u>	<u>2.203</u>
Total	<u>18.401</u>	<u>9.855</u>
Circulante	14.666	9.855
Não circulante	3.735	-

17 Salários, férias e encargos a pagar

	2017	2016
Provisão de férias e encargos	4.656	4.412
Provisão de 13º salário e encargos	975	953
Participação no programa de gestão por metas	11.622	9.389
INSS a recolher	1.182	988
IRRF sobre salários	508	539
FGTS a recolher	235	231
Outros	<u>3</u>	<u>56</u>
	<u>19.181</u>	<u>16.568</u>

18 Receitas a auferir

	2017	2016
Receitas a auferir	<u>2.930</u>	<u>2.930</u>
	<u>2.930</u>	<u>2.930</u>

Receitas a auferir corresponde aos valores recebidos da FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos para o desenvolvimento de projetos e pesquisas definidos em convênios firmados entre as partes. Com base na evolução da execução dos projetos utilização de ativos e respectivas prestações de contas, os valores serão alocados ao resultado como receita. Em função da transformação de sociedade mencionado na Nota Explicativa nº 01, o convenio firmado com FINEP foi finalizado. Os saldos referentes aos projetos do FINEP no montante de R\$ 2.930 estão aguardando aprovação das respectivas prestações de contas para conclusão e destinação dos saldos dos projetos.

Notas Explicativas

#

CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.
 Demonstrações financeiras
 em 31 de março de 2017

19 Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Moeda	Encargos Anuais	Vencimento		Garantias	Saldo devedor	
			de	até		2017	2016
Finame	R\$	3,6%	2013	2019	Alienação fiduciária de Ativo Imobilizado	618	914
FINEP	R\$	4%	2013	2022	Fiança bancária (1,9%)	177.868	175.163
BNDES	R\$	3,5%	2013	2024	Fiança bancária (1,9%)	39.615	42.663
BNDES	R\$	TJLP	2013	2024	Fiança bancária (1,9%)	10.140	10.764
						<u>228.241</u>	<u>229.504</u>
Passivo circulante						45.887	33.391
Passivo não circulante						182.354	196.113

Os montantes do passivo têm a seguinte composição por ano safra de vencimento:

Ano safra de vencimento	
Até 12 meses	45.887
Entre 13 e 24 meses	36.775
Entre 25 e 36 meses	36.660
Entre 37 e 48 meses	40.368
Entre 49 e 60 meses	35.009
Acima de 60 meses	33.542
	<u>228.241</u>

Cláusulas restritivas (“covenants”)

A Companhia não está sujeita em seus contratos de empréstimos e financiamentos ao cumprimento de índices financeiros.

20 Provisão para contingências

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista, cível e ambiental. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

Em 31 de março de 2017, foi provisionado o montante de R\$ 500 (R\$ zero em 31 de março de 2016), o qual, na opinião da Administração e de assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos trabalhistas em andamento. A contrapartida do ajuste da contingência foi efetuado na conta de despesas administrativas e com vendas.

Adicionalmente, a Companhia está sujeita a processos judiciais de natureza tributária e trabalhista em diversas fases do rito processual, cuja expectativa de saída de recursos de risco possível no montante de R\$ 38.078 (R\$ 33.598 em 31 de março de 2016) e processos cíveis que são processos classificados pelos assessores jurídicos como risco possível no montante de R\$ 8.943 (R\$ 219 em 31 de março de 2016) para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas não requerem sua contabilização.

21 Patrimônio líquido**Capital social**

Notas Explicativas

#

*CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de março de 2017*

O capital social da Companhia é de R\$ 556.550 (R\$ 456.897 em 31 de março de 2016), representado por 801.870 ações (760.001 ações em 31 de março de 2016), sendo todas ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Aumento de capital

Vide detalhes sobre o aumento de capital ocorrido no exercício findo em 31 de março de 2017 na Nota Explicativa nº 12 e 31.

Dividendos

Os acionistas têm direito a um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício ajustado conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações.

22 Lucro líquido por ação

A tabela abaixo reconcilia o lucro líquido do exercício com os valores usados para calcular o lucro líquido por ação básico e diluído:

	2017	2016
Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas da Companhia (a)	12.531	1.507
Média ponderada de ações em circulação (b)	773.957	721.621
Lucro líquido por ação ordinária em (a) / (b)	16,19	2,09

23 Segmentos operacionais

A Administração da Companhia baseia seus relatórios internos gerenciais para tomada de decisões nas próprias demonstrações financeiras, na mesma base em que estas declarações são divulgadas, ou seja, apenas um segmento considerado internamente como “*Royalties*”.

A informação segmentada por venda de cana de açúcar e serviços de laboratórios também não são relevantes.

A Administração utiliza as demonstrações financeiras e não usa nenhum indicador que não os apresentados nas demonstrações financeiras em 31 de março de 2017, nenhum relatório específico será demonstrado, como definido pelo pronunciamento técnico CPC 22/IFRS 8 - Informações por segmento.

Quanto às informações sobre os principais clientes, em função da própria atividade, a Companhia não possui, individualmente, clientes que representam mais de 10% da receita total consolidada.

Notas Explicativas

#

*CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de março de 2017*

24 Receita operacional

	2017	2016
Receitas de <i>royalties</i>	29.126	17.202
Receitas de <i>royalties</i> - partes relacionadas - Nota Explicativa nº 27 e 28	96.396	73.729
Receitas de serviços	2.402	880
Receitas de serviços - partes relacionadas - Nota Explicativa nº 28	442	1.643
Receita com transferência tecnologia - partes relacionadas - Notas Explicativas nº 10 e 28	13.998	-
Outros - partes relacionadas - Nota Explicativa nº 28	3.919	1.927
Impostos sobre a receita operacional	<u>(13.490)</u>	<u>(8.885)</u>
	<u>132.793</u>	<u>86.496</u>

25 Despesas operacionais por natureza

	2017	2016
Despesas com pessoal	(51.988)	(56.370)
Custo dos itens relativos a receita com transferência de tecnologia (Nota Explicativa nº 14)	(12.377)	-
Perda por desvalorização (<i>impairment</i>) - Nota Explicativa nº 15	(14.975)	-
Serviços contratados	(18.212)	(19.614)
Provisão para devedores duvidosos	(6.387)	(5.550)
Despesas com materiais	(3.699)	(4.009)
Depreciação e amortização	(12.336)	(7.319)
Despesas gerais	(13.486)	(12.923)
Outras receitas (despesas)	<u>(3.587)</u>	<u>4.065</u>
	<u>(137.047)</u>	<u>(101.720)</u>
Reconciliação com as despesas operacionais classificadas por função:		
Custo de pesquisa & desenvolvimento, produtos vendidos e serviços prestados	(79.678)	(67.014)
Despesas administrativas e com vendas	(47.395)	(33.221)
Outras receitas (despesas) operacionais	<u>(9.974)</u>	<u>(1.485)</u>
	<u>(137.047)</u>	<u>(101.720)</u>

Notas Explicativas

#

*CTC - Centro de Tecnologia Canaveira S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de março de 2017*

26 Financeiras líquidas

	2017	2016
Receita com aplicações financeiras	36.069	20.806
Outros	<u>86</u>	<u>3.665</u>
Receitas financeiras	<u>36.155</u>	<u>24.471</u>
Despesas bancárias	(5.498)	(5.761)
Juros sobre empréstimos	(8.930)	(6.041)
Outras despesas	<u>(460)</u>	<u>(265)</u>
Despesas financeiras	<u>(14.888)</u>	<u>(12.067)</u>
Financeiras líquidas	<u><u>21.267</u></u>	<u><u>12.404</u></u>

27 Instrumentos financeiros**a. Classificação contábil e valores justos**

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

Notas Explicativas

CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de março de 2017

2017	Valor contábil				Valor justo			
	Designado ao valor justo	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo								
Caixa e equivalentes de caixa (aplicações financeiras)	193.746	-	-	193.746	-	193.746	-	193.746
Instrumentos financeiros	91.000	-	-	91.000	-	91.000	-	91.000
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo								
Caixa e equivalentes de caixa, exceto aplicações financeiras	-	229	-	229	229	-	-	229
Contas a receber	-	51.911	-	51.911	-	51.911	-	51.911
Outras contas a receber	-	98.032	-	98.032	-	98.032	-	98.032
Passivos financeiros mensurados ao valor justo								
Empréstimos e financiamentos	-	-	228.241	228.241	-	228.241	-	228.241
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo								
Fornecedores	-	-	18.401	18.401	-	18.401	-	18.401
Outras contas a pagar	-	-	452	452	-	452	-	452

2016

2016	Valor contábil				Valor justo			
	Designado ao valor justo	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo								
Caixa e equivalentes de caixa (aplicações financeiras)	115.526	-	-	115.526	-	115.526	-	115.526
Instrumentos financeiros	118.255	-	-	118.255	-	118.255	-	118.255
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo								
Caixa e equivalentes de caixa, exceto aplicações financeiras	-	1.102	-	1.102	1.102	-	-	1.102
Contas a receber	-	33.736	-	33.736	-	33.736	-	33.736
Outras contas a receber	-	83.224	-	83.224	-	83.224	-	83.224
Passivos financeiros mensurados ao valor justo								
Empréstimos e financiamentos	-	-	229.504	229.504	-	229.504	-	229.504
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo								
Fornecedores	-	-	9.855	9.855	-	9.855	-	9.855
Outras contas a pagar	-	-	2.039	2.039	-	2.039	-	2.039

Notas Explicativas

#

CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de março de 2017

Valor justo versus valor contábil

Os valores contábeis, referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

b. Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia apresenta exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia.

c. Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. A Administração é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco. Os gestores de cada departamento se reportam regularmente a Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

d. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente do contas a receber de clientes e outros recebíveis e caixa e equivalentes de caixa.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

Riscos de crédito

A Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e a aplicações financeiras, efetuando seus investimentos em instituições financeiras de grande porte. Com relação às contas a receber, a Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito por meio de vendas para uma base ampla de clientes e realização contínua de análises de crédito. Em 31 de março de 2017, não havia nenhuma concentração de risco de crédito relevante associado a clientes.

Notas Explicativas

#

*CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de março de 2017*

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito consistem, principalmente, em saldo em bancos, aplicações financeiras e créditos perante clientes. O saldo de contas a receber está distribuído em diversos clientes.

Ativos	Nota	2017	2016
Caixa e equivalentes de caixa, exceto aplicações financeiras	8	229	1.102
Caixa e equivalentes de caixa (aplicações financeiras)	8	193.746	115.526
Instrumentos financeiros	9	91.000	118.255
Contas a receber	10	51.911	33.736
Outras contas a receber	12	<u>98.032</u>	<u>83.224</u>
		<u>434.918</u>	<u>351.843</u>

Contas a receber de clientes e outros recebíveis

A despesa com a constituição dessa provisão foi registrada na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais na demonstração do resultado. Quando esgotados os esforços para recuperação das contas a receber de clientes, os valores creditados nessa provisão são, em geral, revertidos contra a baixa definitiva do título.

A Companhia acredita que nenhuma provisão será necessária com relação a contas a receber não vencido.

A composição por vencimento dos empréstimos e recebíveis na data das demonstrações financeiras para os quais não foram reconhecidas perdas por redução no valor recuperável era a seguinte:

	2017	2016
A vencer	45.911	27.720
Vencido de 1 a 30 dias	1.027	1.644
Vencido de 31 a 60 dias	2.120	2.355
Vencido de 61 a 90 dias	17	296
Vencido de 91 a 180 dias	6.238	5.275
Vencido de 181 a 360 dias	4.562	2.954
Vencido acima de 360 dias	<u>12.758</u>	<u>7.827</u>
Total (Nota Explicativa nº 10)	<u>72.633</u>	<u>48.071</u>
(-) Provisão para devedores duvidosos - partes relacionadas	(8.572)	(7.560)
(-) Provisão para devedores duvidosos	<u>(12.150)</u>	<u>(6.775)</u>
Total (Nota Explicativa nº 10)	<u>(20.722)</u>	<u>(14.335)</u>
	<u>51.911</u>	<u>33.736</u>

O movimento na provisão para perdas por redução no valor recuperável em relação as contas a receber e outros recebíveis durante o período foi o seguinte:

	2017	2016
Saldo inicial do período	14.335	8.785
Provisão constituída - partes relacionadas	1.012	1.170
Provisão constituída - terceiros	<u>5.375</u>	<u>4.380</u>
Saldo final do período (Nota Explicativa nº 10)	<u>20.722</u>	<u>14.335</u>

Notas Explicativas

#

*CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de março de 2017*

O modelo de comercialização de variedades de cana de açúcar mediante cobrança de *royalties* é peculiar e afeta diretamente o Contas a Receber e a forma como a Companhia mitiga o risco de crédito.

Este modelo de cobrança de *royalties* foi implantado em 2012, com uma área plantada de variedades CTC já existente no Brasil superior a 400 mil *hectares* de cana de açúcar. Foram elaborados contratos de licenciamento para multiplicação de variedades com sigla CTC junto a seus clientes, que são responsáveis por todas as despesas associadas ao plantio, cultivo, colheita e processamento deste material genético.

A cana de açúcar é uma cultura semi perene, cujo ciclo produtivo é de aproximadamente seis anos, sendo a cobrança de *royalties* recorrente e anual por *hectare* plantado, durante este período. Caso este cliente se encontre em dificuldade de honrar seus compromissos financeiros junto à Companhia ao longo deste ciclo, sua inadimplência será monitorada para que ao término do ciclo da cana-de-açúcar não haja saldo devedor.

Especificamente em relação aos empréstimos e recebíveis, a Companhia, primeiramente, verifica se há evidências objetivas de perda do valor recuperável individualmente para os ativos financeiros que são individualmente significativos, ou coletivamente para os ativos que não são individualmente significativos.

Caso a Companhia determine a inexistência de evidências objetivas de perda do valor recuperável de um ativo financeiro avaliado individualmente - seja esta perda significativa ou não - a Companhia o classifica em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes, os quais são avaliados coletivamente. Os ativos avaliados individualmente quanto à perda do valor recuperável, ou para os quais a perda do valor recuperável é (ou continua a ser) reconhecida, não estão inclusos na avaliação coletiva da perda.

Em relação aos títulos provisionados com partes relacionadas a Companhia apurou um aumento em relação ao faturamento, conforme tabela abaixo:

	2017	2016
Faturamento de <i>royalties</i> - total	125.522	90.931
Títulos provisionados	6.387	5.550
Relação em %	5,09%	6,10%
Faturamento de <i>royalties</i> - partes relacionadas	96.396	73.729
Títulos provisionados	1.012	1.170
Relação em %	1,05%	1,59%

Levando em consideração a crise econômica que tem afetado o setor sucroenergético nos últimos anos e o número de usinas em dificuldades financeiras e/ou em recuperação judicial, a Companhia adotou diversas medidas para mitigar o risco de crédito:

- Política de crédito e cobrança aprovada pelo Conselho de Administração;
- Acompanhamento e cobrança ativa pela equipe comercial (aproximadamente 30 Representantes Técnicos de Vendas);

Notas Explicativas

#

*CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de março de 2017*

- Comitê de crédito e cobrança direciona a equipe comercial quanto a expansão de área plantada somente em clientes com *rating* de crédito satisfatório, além de decidir sobre ingresso de ações judiciais e acordos extrajudiciais, através de escritório de advocacia terceirizado e especializado; e
- Inserção de informações acerca de pendências financeiras no SERASA.

Em suma, devido à atuação da Companhia na mitigação de risco de crédito, mais de 90% dos clientes vêm operando desde o ano de 2012, e nenhuma perda foi reconhecida para esses clientes. No monitoramento do risco de crédito, os clientes são agrupados de acordo com suas características de crédito, incluindo, sua área geográfica, indústria e existência de dificuldades financeiras no passado.

e. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A gestão desse risco se dá pela composição de um capital de giro de curto prazo que sustente as operações de vendas, como: estoque médio e prazo médio de recebíveis, recursos com taxas atrativas e de curto prazo, com giro médio de pagamento dessas operações de 60 dias. Esse capital normalmente é composto de adiantamentos de clientes, limite de crédito nos bancos parceiros.

Exposição a riscos de liquidez

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

Cronograma de amortização da dívida

	Valor	Fluxo	12	13 a 24	25 a 36	37 a 48	49 a 60	61 a 96
2017	Contábil	de caixa	meses	meses	meses	meses	meses	Meses
Fornecedores	18.401	18.401	14.655	2.190	1.556	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	228.241	260.445	57.102	38.646	40.089	41.664	43.340	39.605
2016								
Fornecedores	9.855	9.855	9.855	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	229.504	229.504	33.391	41.702	31.682	31.564	31.513	59.652

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ser realizados antecipadamente.

f. Risco de mercado

Risco de mercado são as alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros que impactam nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Pelas transações e operações em aberto, o risco relevante é o risco da taxa de juros.

Notas Explicativas

#

*CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de março de 2017*

Risco de taxa de juros

Risco de taxa de juros é o risco de a Companhia vir a sofrer perdas econômicas devido às alterações adversas nas taxas de juros, que podem ser ocasionadas por fatores relacionados a crises econômicas e/ou alterações na política monetária no mercado interno. Essa exposição refere-se, principalmente, a mudanças nas taxas de juros de mercado que afetem os passivos da Companhia indexados pelo CDI - Certificado de Depósito Interbancário.

Perfil

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros variáveis da Companhia era:

	Risco	Valor contábil	
		2017	2016
Instrumentos de taxa pré-fixada			
Fornecedores		18.401	9.855
Empréstimos e financiamentos		218.101	218.740
Instrumentos de taxa variável			
Aplicação financeira (instrumentos financeiros e caixa e equivalentes de caixa)	CDI	284.746	233.781
Empréstimos e financiamentos	TJLP	10.140	10.764

Análise de sensibilidade

A Companhia possui R\$ 284.746 de aplicações financeiras a CDI e R\$ 10.140 de empréstimos e financiamentos indexados à taxa pós-fixada, substancialmente a TJLP. No quadro abaixo são considerados três cenários, considerando as variações percentuais do CDI e TJLP, sendo o cenário provável 10% superior à taxa média de juros efetivos em 2016. Os demais cenários consideram uma valorização do CDI e TJLP em 25% e 50% sobre essa taxa e representam o impacto das despesas financeiras em resultado do exercício e patrimônio líquido.

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - Depreciação das taxas

Instrumentos	Exposição 2017	Risco	Cenários						
			Provável		Redução do Índice em 25%		Redução do Índice em 50%		
			%	Valor	%	Valor	%	Valor	
Ativo Financeiros									
Aplicação financeira (instrumentos financeiros e caixa e equivalentes de caixa)	284.746	Redução CDI	13,70	39.010	10,28	29.271	6,85	19.505	
Passivos Financeiros									
Empréstimos e financiamentos	10.140	Redução TJLP	7,50	(760)	5,63	(571)	3,75	(380)	
Resultado financeiro projetado				38.250		28.700		19.125	
Impacto no resultado e no patrimônio líquido				-		(9.550)		(19.125)	

Notas Explicativas

#

*CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de março de 2017*

Instrumentos	Exposição 2016	Risco	Cenários					
			Provável		Redução do Índice em 25%		Redução do Índice em 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativo Financeiros								
Aplicação financeira (instrumentos financeiros e caixa e equivalentes de caixa)	233.781	Redução CDI	13,67	31.958	10,25	23.968	6,84	15.979
Passivos Financeiros								
Empréstimos e financiamentos	10.764	Redução TJLP	7,50	(807)	5,63	(605)	3,75	(404)
Resultado financeiro projetado				<u>31.151</u>		<u>23.363</u>		<u>15.575</u>
Impacto no resultado e no patrimônio líquido				<u>-</u>		<u>(7.788)</u>		<u>(15.576)</u>

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - Apreciação das taxas

Instrumentos	Exposição 2017	Risco	Cenários					
			Provável		Aumento do Índice em 25%		Aumento do Índice em 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativo Financeiros								
Aplicação financeira (instrumentos financeiros e caixa e equivalentes de caixa)	284.746	Aumento CDI	13,70	39.010	17,13	48.777	20,55	58.515
Passivos Financeiros								
Empréstimos e financiamentos	10.140	Aumento TJLP	7,50	(760)	9,38	(951)	11,25	(1.141)
Resultado financeiro projetado				<u>38.250</u>		<u>47.826</u>		<u>57.374</u>
Impacto no resultado e no patrimônio líquido				<u>-</u>		<u>9.576</u>		<u>19.124</u>

Instrumentos	Exposição 2016	Risco	Cenários					
			Provável		Aumento do Índice em 25%		Aumento do Índice em 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativo Financeiros								
Aplicações financeiras (instrumentos financeiros e caixa e equivalente)	233.781	Aumento CDI	13,67	31.958	17,09	39.947	20,51	47.937
Passivos Financeiros								
Empréstimos e financiamentos	10.764	Aumento TJLP	7,50	(807)	9,38	(1.009)	11,25	(1.211)
Resultado financeiro projetado				<u>31.151</u>		<u>38.938</u>		<u>46.726</u>

Notas Explicativas

#

*CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de março de 2017*

Impacto no resultado e no patrimônio líquido

	-	<u>7.787</u>	<u>15.575</u>
--	---	--------------	---------------

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

g. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, bem como otimizar a estrutura de capital com foco na manutenção de indicadores monitorados pela Gerência Financeira e Administração. Esses indicadores correspondem aos índices:

De liquidez corrente (ativo circulante pelo passivo circulante) Maior ou igual a 1

Os índices de liquidez e alavancagem estão demonstrados abaixo:

	2017	2016
Ativo circulante	326.970	339.836
Passivo circulante	84.859	66.009
Índice de liquidez	3,85	5,15

28 Partes relacionadas**a. Controladora e controlador final**

O Controlador final são formados pelo bloco de controle, constituído pelos acionistas: Grupo Raízen, Copersucar S.A., Grupo São Martinho, Guarani S.A., Grupo Bunge e S.A. Usina Coruripe Açúcar e Álcool.

b. Remuneração do pessoal chave da Administração

O pessoal chave da administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga aos conselheiros e diretores é definida na Assembleia Geral dos Acionistas e os valores pagos no exercício a título de remuneração foram R\$ 5.435 (R\$ 4.700 em 31 de março 2016).

c. Outras transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos bem como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações com a Companhia e suas relacionadas, para os respectivos tipos de operações:

Notas Explicativas

#

*CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de março de 2017*

Ativo Circulante:	2017	2016
Contas a Receber (a) Notas Explicativas Nº 10		
Ferrari Agroindustrial S.A.	11.567	4.952
Grupo Virgolino de Oliveira	6.085	4.602
Usina Açucareira Ester S.A.	4.749	3.158
Usina Alvorada Açúcar e Álcool Ltda.	2.583	2.028
Grupo Biosev	2.194	1.942
Usina Santa Fé S.A.	2.066	1.351
Cocal Comercio e Industria Canaã Açúcar e Álcool S.A.	1.665	1.669
Jalles Machado S.A.	1.060	1.316
Grupo Baldin	938	1.141
Denusa - Destilaria Nova União S.A.	937	1.160
Grupo Tereos	883	847
Usina Açucareira Furlan S.A.	794	1.097
Grupo São Martinho	697	736
Grupo BP	675	876
Grupo Adecoagro	590	887
Tonon Bioenergia S.A.	542	1.266
Grupo ETH	501	648
Usina São José da Estiva S.A Açúcar e Álcool	450	106
Noble do Brasil S.A	448	480
Nova America Agricola Ltda.	435	481
Antonio Ruelle Agroindustrial Ltda.	402	18
Della Coletta Bioenergia S.A.	380	373
Usina Trapiche S.A	369	371
Dacalda Açúcar e Álcool Ltda.	352	285
WD Agroindustrial Ltda.	282	410
Grupo Unialco	219	395
Companhia Muller de Bebidas	200	280
Usina Açucareira São Manoel S.A.	184	269
Usina Santa Adelia S.A.	181	368
Usina Batatais S.A. Açúcar e Álcool	158	2
Usina Maringá	107	1
Grupo Melhoramentos	93	254
Santa Vitória Açúcar e Álcool Ltda.	61	328
U.S.A. - Usina Santo Angelo Ltda.	60	1
S.A. Usina Coruripe Açúcar e Álcool	57	160
Usina de Açúcar Santa Terezinha Ltda.	44	163
Usina Santa Lucia S.A.	43	185
Agropeu - Agroindustrial de Pompeu S/A	31	144
Grupo Bunge	7	167
Goiasa Goiatuba Álcool Ltda.	3	185
Grupo Raízen	1	138
Usina Santa Rosa S.A.	-	125
Pedra Agroindustrial	-	179
Brazcana Agroindustrial S.A.	-	1
Usina Santa Helena de Açúcar e Álcool S.A.	-	164
Usina Santo Antônio S.A.	-	119
Grupo Infinity	-	92
Copersucar S.A.	-	98
Usina Ipiranga de Açúcar e Álcool S.A.	-	89
Usina São Francisco S.A.	-	94
Usinas Itamarati S/A.	-	52
Zilor	-	42
Grupo Alto Alegre	-	37
USJ - Açúcar e Álcool S.A.	-	12
Usina Uberaba S.A.	-	10
Lasa Linhares Agroindustrial S.A	-	3
Usina São Luiz S.A.	-	1
Acucareira Zillo Lorenzetti S.A.	-	10
Alcoolvale S/A Álcool e Açúcar	-	1

Notas Explicativas

#

CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de março de 2017

Companhia Agrícola Usina Jacarezinho	-	6
Total	43.093	36.375
Outras contas a receber (b) - Nota Explicativa 13	2017	2016
BNDES	90.595	76.648
Grupo Raízen	-	609
Grupo Tereos	-	144
Grupo Bunge	-	84
Cocal Comercio e Industria Canaã Açúcar e Álcool S.A.	-	25
Usina Santa Adelia S.A.	-	14
Total	90.595	77.524
Passivo	2017	2016
Copersucar S.A.	491	
Dacalda Açúcar e Álcool Ltda.	-	1.504
Goiasa Goiatuba Álcool Ltda.	-	85
Lasa Linhares Agroindustrial S.A.	-	3
Usina Alvorada Açúcar e Álcool Ltda.	-	168
Total	491	1.760
Passivo circulante:	2017	2016
Outras contas a pagar (c)		
Ferrari Agroindustrial S.A.	-	1.171
Grupo Unialco	-	99
Total	-	1.270
Resultado:	2017	2016
Receitas (Nota Explicativa N° 24 (a))		
Ferrari Agroindustrial S.A.	14.802	488
Grupo São Martinho	12.257	8.968
Grupo Raízen	8.355	7.532
Grupo Biosev	7.986	5.391
Pedra Agroindustrial	6.625	6.057
Grupo Bunge	4.923	2.928
Jalles Machado S.A.	4.758	3.739
Usina Ipiranga de Açúcar E Álcool S.A.	4.132	3.629
Usina de Açúcar Santa Terezinha Ltda.	4.072	2.931
S.A. Usina Coruripe Açúcar e Álcool	3.486	2.555
Grupo Tereos	3.094	2.031
Grupo Alto Alegre	2.380	1.798
Grupo Adecoagro	2.359	1.952
Grupo ETH	2.255	1.381
Cocal Comercio e Industria Canaã Açúcar e Álcool S.A.	2.237	1.216
Nova América Agrícola Ltda.	2.175	1.493
Usina São José da Estiva S.A Açúcar e Álcool	1.799	1.468
Noble Do Brasil S.A.	1.797	1.004
Grupo Virgolino de Oliveira	1.728	1.637
Grupo BP	1.593	876
Usina Açucareira Ester S.A.	1.577	1.494
Clealco Açúcar E Álcool S.A.	1.551	1.102
Usina Santa Fé S.A.	1.438	1.148
Usina Santo Antônio S.A.	1.319	1.145
Tonon Bioenergia S.A.	1.310	1.254
Usina Açucareira Furlan S.A.	1.300	796
Goiasa Goiatuba Álcool Ltda.	1.214	1.084
Antonio Ruelle Agroindustrial Ltda.	1.120	842
J. Pilon Açúcar e Álcool.	1.108	1.003

Notas Explicativas

#

CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.
*Demonstrações financeiras
em 31 de março de 2017*

Usina São Francisco S.A.	1.020	647
Usina Alvorada Açúcar e Álcool Ltda.	1.000	817
Usina Santa Adélia S.A.	723	644
Zilor	689	556
Grupo Unialco	644	582
Usina Batatais S.A. Açúcar e Álcool	637	603
Usina Açucareira São Manoel S.A.	629	533
Usina Uberaba S.A.	557	361
Grupo Melhoramentos	482	221
Usina Maringá	429	370
Usina Santa Rosa S.A.	417	375
USJ - Açúcar e Álcool S.A.	404	383
Grupo Baldin	377	463
Usina Trapiche S.A	372	23
Della Coletta Bioenergia S.A.	349	282
Dacalda Açúcar e Álcool Ltda.	320	267
WD Agroindustrial Ltda.	286	189
U.S.A. - Usina Santo Angelo Ltda.	243	152
Denusa - Destilaria Nova União S.A.	236	147
Usina Santa Lucia S.A.	172	175
Lasa Linhares Agroindustrial S.A	116	127
Santa Vitória Açúcar e Álcool Ltda.	109	41
Agropeu - Agroindustrial de Pompeu S/A	81	66
Usina Barra Grande de Lençóis S.A.	13	40
Alcon - Cia de Álcool Conceição da Barra	12	22
Usina São Luiz S.A.	11	38
Acucareira Zillo Lorenzetti S.A.	9	35
Copersucar S.A.	5	6
Energética Serranópolis Ltda.	2	5
Companhia Muller de Bebidas	-	164
Companhia Agrícola Usina Jacarezinho	-	18
Usina Petribu S.A.	-	3
Alcoolvale S/A Álcool e Açúcar	-	2
Brazcana Agroindustrial S.A.	(337)	-
Total	114.755	77.299
Serviços	442	1.643
Royalties	96.396	73.729
Outros	3.919	1.927
Receita transferência tecnologia	13.998	-
Total	114.755	77.299

- (a) Contas a Receber e Receita - Contratos de *Royalties*
Operações com licenciamento de variedades de cana de açúcar e de tecnologia. Os *royalties* são reconhecidos pelo regime de competência em conformidade com a essência do acordo.
- (b) Outras contas a Receber
Valores relacionados ao aumento de capital social conforme mencionado nas notas explicativas nº12 e nº21.
- (c) Fornecedores de Serviços e Arrendamentos
A Companhia mantém contratos de arrendamento de polos de experimentação e muitas vezes os serviços prestados são efetuados pela própria usina arrendatária.

Notas Explicativas

#

*CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de março de 2017*

29 Aspectos ambientais

A Companhia considera que suas instalações e suas atividades estão sujeitas a regulamentações ambientais. Para tanto, riscos associados aos assuntos ambientais já estão sendo reduzidos por procedimentos operacionais e controles e investimento em equipamentos de controle de poluição e sistemas. A Administração da Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e nos regulamentos em vigor.

30 Arrendamentos mercantis operacionais**Arrendamentos como arrendatário**

A Companhia arrenda fazendas, as quais estão as unidades de Piracicaba e Camamu. Na unidade de Piracicaba são realizados plantio, condução e colheita de experimentos visando o desenvolvimento de variedades de cana-de-açúcar convencionais e geneticamente modificadas, formação de viveiros para produção e distribuição de mudas de cana-de-açúcar, e na unidade de Camamu são realizados plantio dos genitores, a manutenção dos mesmos, a coleta de informações do florescimento para realização dos cruzamentos, a montagem dos cruzamentos, a condução dos cruzamentos em ambiente isolado, o beneficiamento das sementes e o corte das coleções de genitores. Esses arrendamentos foram renovados por quatorze anos com opção de renovação após este período. Os pagamentos de arrendamento são reajustados a cada ano, para refletir os valores de mercado.

O arrendamento das fazendas foi firmado há longa data como arrendamentos conjuntos, tanto do terreno como de suas edificações. O CTC determinou que o arrendamento das fazendas é operacional. O aluguel pago ao arrendador é ajustado de acordo com os preços de mercado, e o CTC não participa no valor residual dos bens arrendados. Conseqüentemente, foi determinado que basicamente todos os riscos e benefícios dos ativos são do arrendador. A arrendante - IMOCOP Empreendimentos e Participações S.A. e Interveniente - Cooperativa de Produtores de Cana de Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo. Objeto do arrendamento são as áreas e edificações de Fazendas no município de Piracicaba e Camamu.

Os arrendamentos operacionais não canceláveis serão pagos da seguinte forma:

	2017	2016
Até um ano	2.944	2.637
Acima de um ano - Até cinco anos	14.720	12.304
Mais de cinco anos	15.700	18.017
	<u>33.364</u>	<u>32.958</u>

A Companhia reconheceu os seguintes valores como despesa com operações de arrendamento mercantil operacional:

	2017	2016
Despesa com arrendamento mercantil operacional	2.842	2.579

Notas Explicativas

#

*CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de março de 2017*

31 Eventos Subsequentes

Em 03 de abril de 2017, na Reunião Extraordinária do Conselho de Administração foi prorrogado para 02 de maio de 2017 o prazo para subscrição das 38.063 ações referentes ao aumento de capital deliberado na Reunião do Conselho de Administração, realizada em 07 de dezembro de 2016, conforme Nota Explicativa nº 12. Até a presente data, não ocorreu a integralização e não houve nova deliberação do prazo para a subscrição das referidas ações.

* * *

CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.
CNPJ Nº 06.981.381/0002-02

Conselho da Administração**Conselheiros**

Luís Roberto Pogetti
Pedro Isamu Mizutani
Fábio Venturelli
Jaime José Stupiello
Jucelino Oliveira de Sousa
Martus Tavares
Luiz de Mendonça
Otavio Laje de Siqueira Filho
Pedro Wongtschowski
Fernando de Castro Reinach
Leonardo Pereira Rodrigues dos Santos

Diretoria Executiva

Diretor-superintendente
José Gustavo Teixeira Leite

Diretores
William Lee Burnquist
Viler Corrêa Janeiro

Contador responsável: Evandro Rodrigues Ferreira
CRC 1SP270523/O-7

Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva

Ao Conselho de Administração e Diretoria Executiva do

CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.

Fazenda Santo Antonio, s/nº - Bloco 01 - Bairro Santo Antonio

Piracicaba – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A. em 31 de março de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de março de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), como aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Ribeirão Preto, 13 de junho de 2017

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

Rafael Henrique Klug

Contador CRC 1SP246035/O-7

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

A Companhia não possui Conselho Fiscal instalado.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de março de 2017 e com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Em conformidade com a instrução CVM nº 381/03, a Companhia tem como procedimento assegurar-se de que a prestação de outros serviços pelos auditores não venham gerar conflito de interesses e afetar a independência e a objetividade necessária aos serviços de auditoria independente.